

Pesquisa com crianças: implicações teóricas, éticas e metodológicas

Sandra Mara da Cunha¹

¹ Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cunhasandramarada@gmail.com

Resumo. Esse artigo traz reflexões sobre os dilemas éticos enfrentados na condução de pesquisas com crianças, fruto da forte tensão existente entre seus direitos de participação versus seus direitos de proteção, que precisam ser garantidos e equilibrados pelos pesquisadores. Essa questão ética acaba, por sua vez, impactando e determinando a metodologia de pesquisa, pois é preciso ir com muita delicadeza quando as investigações se propõem a ser desenvolvidas com a participação das crianças. Para fomentar esse debate, quatro ideias são trazidas para a discussão sobre as implicações teóricas, éticas e metodológicas na pesquisa com a participação de crianças, a partir de questões como consentimentos e assentimentos, tempo de permanência no campo e o uso das linguagens artísticas, e levam à proposição da etnografia como a metodologia mais adequada para a compreensão da perspectiva das crianças, objetivo das pesquisas dessa natureza.

Palavras chave: estudos sociais da infância; etnografia; artes; ética

Research with children: theoretical, ethical and methodological implications

Abstract. This article brings reflections about the dilemmas faced in conducting research with children, due to the strong tension between their participatory rights versus rights of protection, which needs to be secured and balanced by the researchers. This ethical issue ends, in turn, affecting and determining the methodology of research, because we must go with great delicacy when the investigations are proposed to be developed with the participation of children. To promote this debate, we brought four ideas into the discussion on the theoretical, ethical and methodological implications in the research, with the participation of children, from issues such as informed consent and nods, length of stay in the field and the use of artistic languages. These four ideas will lead to the proposition of Ethnography as the most appropriated methodology for understanding the perspective of children, the research objective of this nature.

Keywords: social studies of childhood; ethnography; arts; ethic

1 Introdução

Os Estudos Sociais da Infância, campo multidisciplinar emergente que traz contribuições importantes vindas das ciências sociais e humanas, têm contribuído para uma maior compreensão do fenômeno complexo que é a infância na atualidade, a partir da assunção das crianças como sujeitos de direitos, seres competentes, produtoras de culturas próprias e com capacidade para informar com propriedade seus modos de pensar e viver o mundo. (Muller & Nascimento, 2014). Barbosa, Coll Delgado e Tomás (2016, p. 109) identificam os pressupostos que são comuns a esse campo multidisciplinar: “a centralidade da criança na investigação; a alteridade infantil; a dimensão geracional; e, o caráter interdisciplinar da investigação com crianças.”

Ao servir como referencial teórico para o desenvolvimento de pesquisas não apenas sobre crianças, mas, sobretudo com a participação delas, alguns desafios éticos e metodológicos precisam ser enfrentados e discutidos pelos pesquisadores cujo referencial teórico se encontra no campo referido. Essa é uma tarefa a que aqui, devido ao curto espaço, optou-se por rabiscar algumas ideias a partir de pesquisa própria de pós-doutorado em desenvolvimento, cujo objeto de estudo são as crianças que

aprendem e fazem música em um grupo de prática popular de tradição oral, com o objetivo de compreender seus pontos de vista e os significados que atribuem a essa pertença. Como essa investigação prevê a participação das crianças como pesquisadoras, o maior desafio para o seu desenvolvimento são as questões éticas e metodológicas.

2 As questões éticas como determinantes para a escolha da metodologia de pesquisa

As ideias que são lançadas nesse texto decorrem do dilema ético que se enfrenta na condução de pesquisas com crianças, fruto da forte tensão existente entre seus direitos de participação versus seus direitos de proteção, que precisam ser garantidos e equilibrados pelos pesquisadores. Essa questão ética acaba, por sua vez, impactando e determinando a metodologia, pois é preciso ir com muita delicadeza quando as pesquisas se propõem a ser desenvolvidas com a participação das crianças. O risco é a balança pender mais para um lado do que para o outro, com resultados que desvelam a fragilidade das metodologias nas pesquisas participativas com crianças.

Primeiramente, acredita-se que as pesquisas com crianças devem possuir um caráter de abertura, e parece ser complicado quando são planejadas de um modo fechado, estabelecido *a priori*. Quando as investigações são não apenas sobre crianças mas, mais do que isso, quando elas preveem o envolvimento e a colaboração delas durante o seu desenvolvimento, esse aspecto participativo impõe alguns cuidados (Mayall, 2005). Alderson (2005, p. 423) afirma que “reconhecer as crianças como sujeitos ao invés de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem ‘falar’ em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas”. Ainda de acordo com a autora, “a participação das crianças envolve uma mudança na ênfase dos métodos e assuntos de pesquisa” (2005, p. 423). Para Barbosa (2014, p. 236), por esse tipo de investigação ser “aberta e interativa, cujas decisões são tomadas ao longo do processo de pesquisa, não é compatível com a avaliação prévia de um projeto que desde o início já está definido”.

Entrar no campo e conhecer o contexto ao qual pertencem as crianças é tarefa primordial para apreendermos os sentidos e os significados, os visíveis e os ocultos que as crianças atribuem ao que queremos investigar, e a etnografia parece ser uma escolha metodológica bastante adequada para essa compreensão. Segundo Geertz (2006, p. 24) “a investigação etnográfica consiste em nos lançarmos a uma aventura cujo êxito só se vislumbra ao longe, e não se trata de nos convertermos em nativos, ou de os imitarmos. O que procuramos é conversar com eles, uma questão bastante difícil.” Chega-se então no segundo ponto. Quando os “nativos” são crianças pequenas, para que a conversa aconteça, os pesquisadores têm que necessariamente se “desadultizar”, ou seja, sair do seu lugar de poder – adultocentrismo - porque a relação com as crianças tem que ser de confiança, uma confiança que precisa ser conquistada pouco a pouco, devagarinho. A relação adulto-pesquisador e crianças-pesquisadas, ou pesquisadoras, não é simétrica, ainda mais quando se trata de bebês e de crianças pequenas, pois seu nível de vulnerabilidade é maior, elas são dependentes, e a confiança precisa ser construída com afeto e respeito. Bebês e crianças pequenas percebem e sabem “ler” as intenções dos adultos, e a sua abertura para relações com estranhos pode ser difícil de ser estabelecida. Como bem afirmou Halldén (2005) sobre a relação de professores com crianças nas pré-escolas, mas que aqui pode nos ajudar a pensar sobre essa questão de pesquisa:

As crianças pequenas são seres sociais, mas o são somente com a ajuda dos adultos, e elas não podem lidar com relacionamentos temporários. Se a criança deve ter a possibilidade de construir relações estáveis, tem que haver uma continuidade e um comprometimento que vem dos adultos. Nesse sentido, a relação adulto-criança é assimétrica. O adulto deve aceitar a responsabilidade pelo desenvolvimento dessa relação. As crianças pequenas são dependentes de alguém que possa “ler” suas demandas e que entenda suas vontades e necessidades. Para ser um parceiro nesse

processo de descobertas, isso demanda trabalho. (...) Ao não reconhecer a sociabilidade e a competência das crianças, nós corremos o risco de ignorar o fato de que elas somente podem alcançar isso se houver pessoas confiáveis no seu entorno e que possuam o tempo e a maturidade necessários para acompanhar as crianças, porque elas procedem de acordo com as suas “paixões pelo mundo”. (Halldén 2005, p. 9, tradução livre)

Em terceiro lugar, e como decorrência dos pontos anteriores, para que as pesquisas com crianças compreendam de fato o ponto de vista delas sobre os assuntos em investigação, elas não podem ser desenvolvidas de modo aligeirado. Permanecer no campo por um tempo maior é fundamental para que primeiramente a relação de confiança e afeto seja estabelecida com as crianças, e, a partir de então, dar início à pesquisa propriamente dita. É essa relação de parceria e respeito que vai determinar o tempo necessário para o seu pleno desenvolvimento e também qual é o nível de participação das crianças, sem que se perca de vista seus direitos de proteção, relativos aos seus níveis de vulnerabilidade e também à coleta, ao uso, análise e divulgação dos dados.

As crianças precisam ser informadas, de acordo com sua compreensão, sobre a pesquisa, e sua participação deve ser bem planejada, ela deve acontecer muito mais como uma resposta das crianças às suas possibilidades de participação porque elas precisam ser ouvidas; são elas que nos ensinam o caminho e o modo como ele deve ser trilhado.

Atualmente, na legislação sobre ética em pesquisas com seres humanos no Brasil (Resolução 466/12 do CNS)¹, as crianças ainda são vistas como vulneráveis. Do ponto de vista ético, segundo Barbosa (2014, p. 235):

[...] todas as pesquisas com crianças precisam de aprovação prévia dos comitês de ética, encontrando problemas para serem aprovadas, pois tencionam a legislação em três aspectos: conceito de criança basicamente vulnerável, esquecendo-se das possibilidades de participação e de protagonismo dela; questão do método etnográfico, pois se exige uma metodologia definida antes da entrada em campo; restrições à captura e à divulgação de imagens e de produtos realizados por crianças. Essas tenções (*sic*) precisam ser discutidas para ser construída uma ética não apenas para as pesquisas realizadas nas ou sobre as crianças, mas, principalmente, com e para as crianças, que possa proteger e afirmar as capacidades delas como sujeitos de direito.

O consentimento esclarecido das crianças, ou assentimento², de acordo com a legislação brasileira, no qual exprimem sua aceitação ou recusa em participar das pesquisas, é fator primordial nessa situação, pois não basta apenas o consentimento dos pais, porque as crianças são capazes de responder por elas mesmas. Para Alderson (2005, p. 424) “a pesquisa social pode contribuir para o extenso debate sobre o consentimento das crianças, ao fornecer provas da competência das crianças em sua vida cotidiana e em pesquisas”. Voltando a Barbosa (2014, p. 244), ela afirma que:

¹ A resolução (466) sobre ética na pesquisa com seres humanos é geral e, apesar do seu viés biocentrista, engloba todas as áreas de conhecimento. Há outra resolução específica das ciências sociais e humanas que está em discussão. A resolução 466 está disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 12/Out./2015.

² Pela legislação brasileira atual, consentimento é para os grupos com “autonomia plena” e assentimento é para os grupos “vulneráveis”, o que já é um avanço em relação à resolução anterior, que não exigia a concordância de crianças.

Redefinir os códigos éticos, passando de uma versão moralizadora de pesquisa para uma ética de pesquisa com as crianças é uma tarefa geracional que precisamos enfrentar porque a ciência não só constata mas produz compreensão e transformação nos modos de produzir infâncias, as culturas infantis e afirmar o empoderamento das crianças.

Pensar a participação de bebês e crianças pequenas nas pesquisas implica considerar sua força para exercer ou para lutar por espaços para a expressão de seus pontos de vista, de terem “vozes” que são ouvidas e consideradas nas tomadas de decisão nessa situação onde são os adultos os donos dos temas de pesquisa. Ter voz, nesse caso, não se limita ao seu sentido literal, e deve ser pensado de modo ampliado, com vozes que comunicam ideias por meio de gestos, atitudes e movimentos expressos por pequenos corpos em ação, em relação a tempos, espaços, objetos e pessoas.

Mas será que nós adultos-pesquisadores sabemos ouvir suas vozes? Essa é a quarta questão. Será que nossos canais de percepção estão sensibilizados e preparados para a escuta que vai além da fala, e que é também do olhar, da intuição e da leitura e compreensão de todas as linguagens infantis que são muito mais do que as palavras, são todas aquelas “cem” sobre as quais nos falava Malaguzzi? (Edwards, Gandini & Forman, 1999).

Ao pensar que as crianças pequenas nem sempre se expressam por meio da fala, pesquisadores têm feito uso de instrumentos de pesquisa como filmes e desenhos. No entanto, é preciso considerar que filmes e desenhos feitos por crianças são possibilidades expressivas que compõem as artes visuais, linguagem artística que possui procedimentos e técnicas próprias, cujo texto e subtexto é do campo do olhar, filho de outras lógicas e possuidor de outras gramáticas. As visualidades nos contam de outras racionalidades, as da imaginação, do afeto, dos sentimentos e da intuição, que são movimentadas no embate dos gestos com as materialidades, e que resultam em traços, cores, planos, luzes, sombras e objetos a ocupar espaços. São formas que informam, elas mesmas, qual é o seu conteúdo.

Usar as artes visuais e seus suportes como instrumentos de pesquisa para a coleta de dados, requer ter em mente suas singularidades enquanto linguagem, porque na interpretação dos achados, essas imagens não podem ser pensadas apenas como representações da realidade (RICHTER, 2005). Nem sempre é possível fazer a “tradução” das imagens para a linguagem falada ou escrita, porque ela perderia a sua riqueza, a sua razão de ser, que é visibilizar o que as palavras não conseguem dizer sobre o que sentimos ou sobre os significados que atribuímos às coisas.

O desconhecimento da arte e seus processos, seus significados outros, acaba por conferir a essas pesquisas um caráter que, ao invés de revelar as vozes das crianças, as abafa. Porque a arte diz coisas de outras maneiras, diz o que a fala e as palavras não podem dizer, e nesse sentido, são intraduzíveis. As imagens criadas pelas crianças explicam-se a si mesmas; não querem dizer, elas são.

Buscar os significados expressos por meio de gestos, movimentos, feições, choros, risos, sonorizações de uma voz que aprende a se expressar fazendo uso de entonações, com aberturas e recusas expressas pelo corpo é uma grande tarefa à qual os adultos-pesquisadores não podem se furtar na tentativa de apreender os sentidos expressos pelas crianças. Conhecer as linguagens artísticas é fundamental para que se possa usá-las adequadamente, senão elas perdem a sua potência e se transformam em simulacros, em interpretações equivocadas do pensamento infantil, que é, segundo Berle & Richter (2015), pensamento em ação.

3 Considerações finais

É nas leituras e releituras de todos os dados, compilados durante o convívio alongado, respeitador e aberto às interferências e contribuições – ou mesmo recusas e silêncios das crianças - apoiados por referenciais teóricos dos Estudos Sociais da Infância, da Arte e da Etnografia, que possibilita o exercício de nos colocarmos no lugar do outro, sendo que esse outro é a criança pequena, buscando olhar o mundo com seus olhos e, a partir de então, saber que “elaborar descrições orientadas ao encontro do ponto de vista do ator constitui claramente um ato imaginativo.” (Geertz 2006, p. 28)

[...] os escritos antropológicos são eles mesmos interpretações, e, por conseguinte, interpretações de segunda e terceira ordem. (Por definição, só um “nativo” faz interpretações de primeira ordem: trata-se da sua cultura). De maneira que são ficções, ficções no sentido de que são algo “feito”, algo “formado”, “composto” – que é o significado de *fictio* – não necessariamente falsas ou inefetivas ou meros experimentos mentais de “como se”.

A título de finalização, faz-se uma constatação que, aos poucos, vai ficando clara para quem realiza pesquisas qualitativas com base na etnografia, que é a de que nesse tipo de investigação quem mais se modifica são os pesquisadores. Modificar-se, estar aberto para ir ao encontro do outro é, pois, atitude fundamental para aqueles que se lançam ao desafio de fazer pesquisa com crianças. Um desafio a ser abraçado para a compreensão de seus pontos de vista.

Referências

- Alderson, P. (2005). As crianças como pesquisadoras: Os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. Campinas: *Educação e Sociedade*, 26 (91), 419-442.
- Barbosa, M. C. S. (2014). A Ética na pesquisa etnográfica com crianças: Primeiras problematizações. In: *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, 9 (1), 235-245.
- Barbosa, M. C. S., Coll Delgado, A. C., e Tomás, C. A. (2016). Estudos da infância, estudos da criança: Quais campos? quais teorias? quais questões? quais métodos? *Inter-Ação*, Goiânia, 41 (1), 103-122.
- Berle, S.; Richter, S. R. S. (2015). Começar-se no mundo: Entre infâncias e linguagem. *Revista Eventos Pedagógicos*. Educação de 0 a 3 Anos em Espaços de Vida Coletiva. 16ª Edição Temática. Sinop: UFMT, 6 (13), 132-154.
- Geertz, C. (2006). Descripción densa: Hacia una teoría interpretativa de la cultura. In: *La Interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.
- Halldén, G. (2005). *The metaphors of childhood in a preschool context*. In: AARE Conference. Sydney, 27 Nov-1 Dec.

- Mayall, B. (2005). Conversas com crianças: Trabalhando com problemas geracionais. In: Christensen, P.; James, A. (org.). *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 123-141.
- Muller, F., e Nascimento, M. L. (2014). Estudos da Infância: outra abordagem para a pesquisa em educação (apresentação). In: *Linhas Críticas – Revista da Faculdade de Educação*. Dossiê 2014, Estudos da Infância Brasília: UNB, 20 (41), 11-22.
- Richter, S. R. S. (2005). *A Dimensão Ficcional da Arte na Educação da Infância*. (Tese, Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil).